

**João Gomes Cravinho**

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião das comemorações do dia do EMGFA**

Lisboa, 03 de setembro de 2019

## Vocativos

Ao longo dos últimos meses tenho tido a oportunidade de me reencontrar com a figura histórica de D. Nuno Álvares Pereira, de forma recorrente. A ele aludi nas comemorações do dia do Combatente no Mosteiro da Batalha; mais tarde, a propósito da batalha dos Atoleiros; e hoje, aqui, novamente. Uma personalidade incontornável da gesta nacional que continua a concitar um imaginário riquíssimo de liderança, visão estratégica e carácter, na consolidação da Nação, em momentos cruciais da sua História.

A sua escolha como patrono do Estado-Maior-General das Forças Armadas e as comemorações desta efeméride encorajam uma reflexão sobre o papel estruturante que os conselheiros militares prestam ao país na sua articulação com o poder político. O Condestável do Reino foi uma figura ímpar na governação do D. João I. Com Nuno Álvares Pereira, consolida-se uma visão do poder régio gradualmente afastado das frentes de batalha e, por isso, alavancado numa relação de absoluto compromisso, confiança e lealdade entre o soberano e os seus líderes militares. As lições da história correm sempre o risco de anacronismo, e, no entanto, é na história que

encontramos as melhores fontes de inspiração para os desafios da contemporaneidade.

Hoje, Portugal conta com uma estrutura militar de aconselhamento ao poder político e de planeamento e resposta operacional, que nos garante coerência e uma utilização eficaz dos nossos recursos. A participação portuguesa na criação da NATO inicia a consolidação gradual do controlo político sobre as Forças Armadas, mas também a sua maior integração e coerência interna, sob a alçada de um Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas. Este processo foi paulatina e desigualmente distribuído ao longo dos anos, mas é sobretudo no regime democrático que se consolida a vocação de articulação e coordenação que temos no Estado-Maior-General das Forças Armadas, uma vocação sempre merecedora de aprimoramento na medida em que tal seja exigido por novas circunstâncias que surjam.

Os desafios com que nos deparamos exigem a coordenação de todos os que têm responsabilidades na Defesa Nacional. E porque uma visão integrada das necessidades e das capacidades da Defesa Nacional é imprescindível para a tomada de decisão política, o papel do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas como principal conselheiro militar do Ministro da Defesa Nacional é de relevância central no nosso sistema. Este trabalho de diálogo e de coordenação tem sido constante entre mim e o Sr. Almirante CEMGFA e, por isso mesmo, quero reiterar a importância que atribuo ao trabalho por ele desenvolvido.

De particular visibilidade e eficácia foi a ativação da Força de Reação Imediata na resposta nacional à crise em Moçambique, após a passagem do furacão Idai, ou na situação de crise energética que, durante o mês de agosto, justificou o empenhamento dos militares para apoiar o abastecimento energético do país. Destacaria muito especialmente a projeção internacional das nossas Forças Nacionais Destacadas, num leque amplo de missões das Nações Unidas, da NATO e da UE, que mobilizou

cerca de 50 000 militares ao longo das duas últimas décadas. Trata-se de um número que é significativo na nossa sociedade. O comando das Forças Nacionais Destacadas tem sido o terreno por excelência para se articular o papel primordial do Estado-Maior-General das Forças Armadas com o contributo insubstituível dos ramos. Esta experiência tem vindo a criar lastro e representa hoje um valiosíssimo património de conhecimento operacional para as nossas Forças Armadas.

Os desafios atuais e futuros exigem que continuemos a trabalhar de forma muito próxima, nomeadamente na identificação de soluções para a importante questão dos efetivos e da atratividade da carreira militar, aproximando a Defesa Nacional da sociedade; há bons exemplos deste tipo de trabalho, e posso citar por exemplo iniciativas como o “Alista-te por um dia” ou o Dia da Defesa Nacional, mas precisamos de ser mais ambiciosos na vontade de reverter um longo processo de afastamento e desconhecimento mútuo entre as nossas Forças Armadas e a sociedade portuguesa. E há diversos outros desafios que merecem atenção, como

sejam os processos para garantirmos a sustentabilidade da saúde militar; ou os mecanismos mais adequados para promover as nossas indústrias de defesa neste quadro de rápida mutação no plano europeu.

O desenvolvimento das nossas capacidades de ciberdefesa constituem também uma prioridade, contribuindo para a segurança do ciberespaço nacional e garantindo respostas ágeis e integradas. O trabalho do Estado-Maior-General das Forças Armadas é a âncora do que fazemos nesta matéria, nomeadamente através da gestão do Centro de Ciberdefesa. Estamos atualmente a trabalhar numa Estratégia Nacional de Ciberdefesa que nos permita uma visão de conjunto e que reforce a nossa segurança, projetando Portugal como um elo seguro no quadro internacional.

Por outro lado, devemos consolidar a articulação entre a Defesa Nacional e as outras forças de segurança de que o Estado dispõe, garantindo coerência de ação nacional, dentro dos parâmetros definidos pela Constituição, e dando aos portugueses as melhores respostas para a sua defesa e

segurança. Penso que as boas relações institucionais que existem e a visão partilhada entre as nossas instituições estão bem espelhadas nas condecorações que hoje serão impostas.

O novo ciclo de Planeamento Estratégico da Defesa Nacional, que cada vez mais parece ser oportuno desenvolver, nomeadamente com a revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e os restantes conceitos operacionais, terá de contar com um contributo central do Estado-Maior-General das Forças Armadas e deverá refletir essa visão integrada de uma Defesa Nacional moderna, devidamente equipada e atenta aos desafios com que o país se depara.

Por todas estas razões, um Estado-Maior-General das Forças Armadas forte e claramente articulado com o poder político, com os Ramos, e com uma rede de parceiros operacionais nacionais e internacionais, serve os interesses do país. É para esse objetivo que devemos todos continuar a trabalhar.

O dia do EMGFA é um momento para nos congratularmos pelo trabalho feito, e para deitar o olhar para um horizonte sempre incerto e complexo. É com muita satisfação que posso partilhar a minha convicção que o EMGFA estará, como sempre tem estado, plenamente à altura dos desafios sempre novos e renovados que a fluidez internacional nos traz.

Muito obrigado.